

**LIVEL0 S.A.**

CNPJ nº 12.888.241/0001-06

**Relatório da Administração**

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício, a Livelo S.A. registrou lucro líquido de R\$ 458,7 milhões, patrimônio líquido de R\$ 508,9 milhões e ativos totais de R\$ 4,4 bilhões.

Deste resultado, a Sociedade alocou para a distribuição de dividendos conforme previsto em estatuto de 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

Em 2021, trabalhamos incansavelmente para aumentar as possibilidades de escolha do nosso participante com acúmulo e resgates dos seus pontos, mostrando que somos uma empresa multicanal, com as melhores opções de produtos de catálogo, viagens, serviços, a Livelo no mundo físico e a entrada no nosso portfólio de serviços financeiros, com o "Pontos Viram Dinheiro".

Para 2022, nosso modelo - escalável, dinâmico e lucrativo - é capaz de oferecer a melhor experiência de acúmulo e resgate de pontos. Com isso, avançamos cada vez mais no engajamento dos nossos participantes trazendo melhoria contínua na proposta de valor do ponto Livelo, fortalecendo nosso portfólio de serviços financeiros, com o lançamento do nosso Marketplace.

A Livelo está comprometida com projetos que visam contribuir com o bem-estar de toda a sociedade. Como nosso negócio tem como premissa transformar pontos em recompensas, entendemos que isso também inclui apoiar causas e comunidades que necessitam de suporte.

Em março de 2021 foi realizada a primeira ação do ano, Semana de Conscientização sobre Síndrome de Down, que foi seguida de mais 11 campanhas, totalizando 14.484.200 pontos doados pela Livelo.

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.510.183	3.213.040	Fornecedores	14	95.096	8.401
<b>Contas a receber</b>	<b>6</b>	<b>461.240</b>	<b>356.188</b>	Contas a pagar operacionais	15	165.765	117.348
Contas a receber		464.728	358.545	Salários e encargos	16	29.087	23.973
Provisão de perdas esperadas		(3.488)	(2.357)	Dividendos a pagar	24.d	113.978	64.955
Impostos a recuperar	7	169.013	66.477	Impostos e contribuições a recolher	17	22.928	15.469
Despesas antecipadas	8	3.423	1.875	Passivos contingentes	20	725	698
Depósitos judiciais	11	12	155	Obrigações com parceiros	18	3.357.381	3.066.489
Adiantamento a fornecedores	9	117.722	14.326	Arrendamento mercantil a pagar	21	1.885	2.714
Outros créditos	10	4.726	1.383	Outras contas a pagar	19	80.592	58.955
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.266.319</b>	<b>3.653.444</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.867.437</b>	<b>3.359.002</b>
Depósitos judiciais	11	20.044	19.270	Salários e encargos	16	6.178	2.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	106.075	94.642	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	2.879	2.192
Despesas antecipadas	8	3.908	888	Arrendamento mercantil a pagar	21	5.051	9.205
Outros créditos	10	-	567	Passivos contingentes	20	20.151	19.282
Imobilizado	12	12.860	17.684	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>34.259</b>	<b>33.306</b>
Intangível	13	1.343	710	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>144.230</b>	<b>133.761</b>	Capital social	24.a	139.100	139.100
<b>Total do ativo</b>		<b>4.410.549</b>	<b>3.787.205</b>	Reserva legal	24.b	27.820	25.021
				Outras reservas de lucros	24.c	341.933	230.776
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>508.853</b>	<b>394.897</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.410.549</b>	<b>3.787.205</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Nota	Reservas de lucros				Lucro dos períodos	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Outras reservas de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>139.100</b>	<b>11.346</b>	<b>35.911</b>	-	-	<b>186.357</b>
Lucro do exercício	-	-	-	273.495	273.495	-
Reserva legal	24.b	13.675	-	(13.675)	-	-
Reserva estatutária	24.c	-	194.865	(194.865)	-	-
Dividendos propostos	24.d	-	-	(64.955)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>139.100</b>	<b>25.021</b>	<b>230.776</b>	-	-	<b>394.897</b>
Lucro do exercício	-	-	-	458.710	458.710	-
Reserva legal	24.b	2.799	-	(2.799)	-	-
Reserva estatutária	24.c	-	341.933	(341.933)	-	-
Dividendos adicionais	24.d	-	-	(230.776)	-	-
Dividendos propostos	24.d	-	-	(113.978)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>139.100</b>	<b>27.820</b>	<b>341.933</b>	-	-	<b>508.853</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)****1. Contexto operacional**

A Livelo S.A. ("Sociedade" ou "Livelo") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil que tem como acionista controlador a Elo Participações Ltda. ("EloPar") (que tem como controladores finais Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.). O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512, 1º andar, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Sociedade tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Sociedade e/ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

**2. Base de preparação****a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2022.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão apresentadas abaixo:

**- Breakage**

Receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*.

**- Realização dos créditos e débitos tributários:**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Sociedade na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**- Perda de crédito esperada:**

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

**- Avaliação das provisões de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias:**

A Sociedade possui processos trabalhistas, cíveis e tributárias em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**3. Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

**b. Instrumentos financeiros****b.1 Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**b.2 Classificação e mensuração subsequente****Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no

primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI"): uma das condições para se classificar um Instrumento Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do

Houve também duas iniciativas de programa voluntário para os colaboradores: Dia das Crianças, onde foram apadrinhadas 117 crianças da ONG Vila Ilhéus e doadas 82 cestas básicas para as famílias e o Natal, que totalizou 104 cartas adotadas, com brinquedos distribuídos e doação de 192 cestas básicas.

Reforçamos que a estratégia da Sociedade para 2022 é a de continuar a melhoria da experiência do participante e o desenvolvimento de projetos estratégicos que garantam o crescimento sustentável de curto a longo prazo.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Barueri, 24 de março de 2022.

**A Administração**

Demonstrações dos resultados dos exercícios			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional</b>		<b>26</b>	<b>2.868.386</b>
Custo com resgate de pontos		27	(1.998.723)
<b>Lucro bruto</b>		<b>869.663</b>	<b>592.866</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal	28	(109.460)	(82.312)
Gerais e administrativas	29	(239.862)	(193.091)
Outras receitas / (despesas)	30	(6.780)	564
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>513.561</b>	<b>318.027</b>
Receitas financeiras	31	182.145	101.420
Despesas financeiras	31	(13.924)	(21.737)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>681.782</b>	<b>397.710</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	25.a	(233.818)	(119.151)
Diferidos	25.a	10.746	(5.064)
<b>Lucro dos exercícios</b>		<b>458.710</b>	<b>273.495</b>
<b>Lucro por lote de mil ações em R\$</b>		<b>3,2977</b>	<b>1,9662</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020		
(Em milhares de reais)		
	2021	2020
<b>Resultado dos exercícios</b>	<b>458.710</b>	<b>273.495</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>458.710</b>	<b>273.495</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro dos exercícios</b>		<b>458.710</b>	<b>273.495</b>
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	(10.746)	5.064
Depreciações/amortizações	29	5.237	6.180
Perdas na alienação do imobilizado	12	3.788	736
Provisão para perdas esperadas		6.628	(140.246)
Passivos contingentes		896	4.411
Juros sobre arrendamento	21	1.004	806
<b>(Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais)</b>		<b>(106.183)</b>	<b>103.790</b>
Contas a receber		(102.536)	(18.002)
Impostos a recuperar		(4.568)	(805)
Despesas antecipadas		(108.893)	217.723
Adiantamento a fornecedores		(2.776)	(1.755)
Outros créditos		(631)	(5.159)
Depósitos judiciais		86.695	3.873
Fornecedores		48.417	(28.785)
Contas a pagar operacional		8.665	8.454
Salários e encargos		302.547	138.715
Impostos e contribuições a recolher		(295.088)	(154.998)
Impostos pagos			



→☆ continuação

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento do exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos - Desenvolvidos internos (Lei 11.638/07/CPC 04)	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos

#### f. Redução ao valor recuperável (impairment)

##### f1. Ativos financeiros

###### Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

###### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

###### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

###### Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

##### f2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

###### g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

###### (i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

###### (ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

###### h. Ativos e passivo contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Passivos contingentes** - Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis são reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;

• **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

###### i. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Livelo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Livelo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

O reconhecimento da receita reflete o volume de pontos resgatados cujas origens são substancialmente decorrentes dos saldos de pontos dos clientes dos controladores indiretos Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A..

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Sendo todos os itens acima avaliados e submetidos as mudanças decorrentes da adoção do CPC 47 que estabeleceu novo procedimento de reconhecimento de receitas de contratos com clientes.

###### j. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros;

###### Notas explicativas às demonstrações financeiras da Livelo S.A. (Em milhares de reais)

(ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

###### k. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Sociedade não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento da Livelo incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

###### l. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

###### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa e bancos	1.533	1.126
Fundos de investimentos (a)	2.862.755	2.693.528
Certificado de depósito bancário - CDB (b)	645.895	518.386
	<b>3.510.183</b>	<b>3.213.040</b>
	3.510.183	3.213.040

Circulante

Não circulante

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. .

(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

As aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.

###### 5. Instrumentos financeiros

###### a) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
	Custo				
Caixa e Bancos	amortizado	1.533	–	1.126	–
Fundos de investimentos	VJR	2.862.755	2.862.755	2.693.528	2.693.528
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	645.895	645.895	518.386	518.386
	Custo				
Contas a receber	amortizado	461.240	–	356.188	–
		<b>3.971.423</b>	<b>3.508.650</b>	<b>3.569.228</b>	<b>3.211.914</b>

###### Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação.

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2021		2020		Nível
		2021	2020	2021	2020	
Fundos de investimentos	VJR	2.862.755	2.693.528	Nível 2		
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	645.895	518.386	Nível 2		
		<b>3.508.650</b>	<b>3.211.914</b>			

(a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

###### Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores.
- para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

###### 6. Contas a receber, líquido de perdas esperadas

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contas a receber partes relacionadas (NE 22)	402.038	320.698
Contas a receber de clientes	62.690	37.847
Provisão para perdas esperadas	(3.488)	(2.357)
	<b>461.240</b>	<b>356.188</b>

A provisão de perda esperada de clientes da Sociedade, são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Sociedade dispõe de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default". A movimentação da perda esperada é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(2.357)</b>	<b>(1.881)</b>
Acréscimos	(4.184)	(4.376)
Baixas	3.053	3.900
	<b>(3.488)</b>	<b>(2.357)</b>

###### Saldo no final do exercício

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados a Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Títulos e Valores Mobiliários.

###### Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a instituição incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 32.

###### Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

###### Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

A carteira a receber da instituição observa baixos índices históricos de inadimplência, desta maneira classificada como *Low Default Portfolio (LDP)*. Estas classes de carteiras, devido à boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Na data de encerramento do exercício, 31 de dezembro de 2021, a instituição apurou contratos em inadimplência com vencimentos acima de 60 (Sessenta) no montante total de 65,4 (R\$/Mil) que corresponde a um índice de aproximadamente 0,01% de toda a exposição ao risco de crédito.

O modelo de perda esperada considera na sua apuração as variáveis de PD (*Probability of Default*) com base em modelagem interna que combina consultas a informações de Bureau externos, e EAD (*Exposure at Default*) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração, em conjunto com as técnicas de *Override* para redução de exposição considerando instrumentos de mitigação de riscos formalizados nos contratos unilaterais com as respectivas contrapartes.

Dadas as características do modelo de negócio da instituição, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do cálculo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas, e suas respectivas provisões calculadas:

	<b>Saldo de exposição ao risco de crédito</b>	<b>Taxa média ponderada de perda esperada</b>	<b>Provisão para perda esperada</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>			
Contas a receber	431.472	0,8%	3.488
Estoque de pontos antecipados (a)	124.582	5,9%	7.310
Instrumentos financeiros (b)	645.895	0,0%	–
<b>Total</b>	<b>1.201.949</b>		<b>10.798</b>

	<b>Saldo de exposição ao risco de crédito</b>	<b>Taxa média ponderada de perda esperada</b>	<b>Provisão para perda esperada</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>			
Contas a receber	321.962	0,7%	2.357
Estoque de pontos antecipados (a)	15.797	11,5%	1.813
Instrumentos financeiros (b)	518.386	0,0%	–
<b>Total</b>	<b>856.145</b>		<b>4.170</b>

(a) Estoque de Pontos Antecipados: Exposição ao risco decorre da compra de pontos antecipados junto a parceiros da instituição, com direito de uso futuro. Valores contabilizados no grupo de contas 'Adiantamento a Fornecedores' vide nota explicativa nº 9.

(b) Instrumentos financeiros não apresentam classificação do ativo para elegibilidade ao cálculo de perda esperada conforme as diretrizes do CPC-48 (IFRS9).

###### 7. Impostos a recuperar

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.002	453
Impostos a compensar	35.105	320
Antecipação IRPJ	59.344	22.321
Antecipação CSLL	18.711	6.790
Outros (a)	54.851	36.593
	<b>169.013</b>	<b>66.477</b>

(a) Refere-se substancialmente a valores de crédito de PIS e COFINS a recuperar que serão utilizados na redução do valor destes impostos.

###### 8. Despesas antecipadas

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contratos de manutenção	7.237	2.417
Aluguel	91	85
Patrocínio	–	250
Outras	3	11
	<b>7.331</b>	<b>2.763</b>

###### 9. Adiantamento a fornecedores

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Compra de pontos antecipada (a)	124.622	15.797
Adiantamento a fornecedores	410	342
Provisão para perdas esperadas	(7.310)	(1.813)
	<b>117.722</b>	<b>14.326</b>
	117.722	14.326

Circulante

Não circulante

(a) Refere-se a estratégias comerciais da Sociedade na aquisição de pontos com parceiros.

O detalhamento da provisão para perdas esperadas está descrito na Nota Explicativa 6.a.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo no início do exercício (a)</b>	<b>(1.813)</b>	<b>(142.534)</b>



→☆ continuação

### 18. Obrigações com parceiros

	2021	2020
Receita diferida de pontos (a)	3.170.103	2.875.824
Custo de resgate de pontos	185.702	189.284
Provisão pontos doados	1.576	1.381
	<b>3.357.381</b>	<b>3.066.489</b>

Circulante  
Não circulante

(a) Refere-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

### 19. Outras contas a pagar

	2021	2020
Provisão de marketing	43.582	30.181
Desenvolvimento, manutenção e suporte (a)	26.268	20.714
Serviços profissionais	7.139	3.354
Comissão	3.256	3.931
Outras contas a pagar	347	775
	<b>80.592</b>	<b>58.955</b>

Circulante  
Não circulante

(b) Refere-se substancialmente a valores de infraestrutura (banco de dados, *data center*, prevenção a fraude).

### 20. Passivos contingentes

#### Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende de que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

#### a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

#### b. Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

#### c. Obrigações legais - tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Tributárias	20.151	19.282
Cíveis	725	698
	<b>20.876</b>	<b>19.980</b>

Circulante  
Não circulante

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldo final 31.12.2020	Adições	Baixas	Atualizações monetárias 31.12.2021	Saldo final 31.12.2021
Tributárias	19.282	93	-	776	20.151
Cíveis	698	1.472 (1.445)	-	-	725
	<b>19.980</b>	<b>2.341 (1.445)</b>		<b>776</b>	<b>20.876</b>

#### Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente.

	2021	2020
Trabalhistas	151	239
Cíveis	1.149	2.119
	<b>1.300</b>	<b>2.358</b>

### 21. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos da Sociedade que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2) são:

	Saldo arrendamento CPC 06				
	Saldo final 31.12.2020	Adição	Baixas	Aluguéis Juros 31.12.2021	Saldo final 31.12.2021
Arrendamento mercantil	11.919	536 (3.788)	(2.735)	1.004	6.936
	<b>11.919</b>	<b>536 (3.788)</b>	<b>(2.735)</b>	<b>1.004</b>	<b>6.936</b>

Circulante  
Não circulante

### 22. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.), acionista direto (Elo Participações Ltda.) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Cielo S.A., Alelo S.A., Elo Serviços S.A. e o Banco Digio S.A.

	2021	2020		
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
<b>Caixa e equivalentes de caixa (a)</b>				
Banco Bradesco S.A.	1.840.594	(84.387)	1.503.791	(46.308)
Banco do Brasil S.A.	1.049.071	(63.141)	1.265.825	(24.085)
Banco Digio S.A.	620.518	(25.976)	443.424	(7.433)
<b>Contas a receber</b>				
Banco do Brasil S.A.	131.706	-	107.814	-
Banco Bradesco S.A.	100.399	-	69.105	-
BB Cartões	128	-	4	-
Cielo S.A.	169.796	-	143.775	-
Elo Participações Ltda.	9	-	-	-
<b>Dividendos a pagar</b>				
Elo Participações Ltda.	(113.978)	-	(64.955)	-
<b>Outras contas a pagar</b>				
Banco do Brasil S.A.	-	495	-	314
Banco Bradesco S.A.	-	1.205	-	927
Alelo S.A.	-	-	(3)	-
Elo Participações Ltda.	1.049	15.481	(623)	17.937

(a) As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, todos com liquidez diária estão apresentados no valor bruto.

### 23. Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos Administradores totalizaram R\$ 705 (R\$ 2.011 em 31 de dezembro de 2020) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 13.340 (R\$ 13.385 em 2020), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - pessoal".

A Sociedade dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e Administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.700 (R\$ 1.241 em 2020), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - pessoal".

### 24. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 139.100 (R\$ 139.100 em 31 de dezembro de 2020) representado por 139.100.000 (cento e trinta e nove milhões e cem mil) de ações, sendo 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações ordinárias e 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta

### Notas explicativas às demonstrações financeiras da Livelo S.A. (Em milhares de reais)

mil) de ações preferenciais.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	2021	2020		
Acionista	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Elo Participações Ltda.	139.100.000	100%	139.100.000	100%
<b>Total</b>	<b>139.100.000</b>	<b>100%</b>	<b>139.100.000</b>	<b>100%</b>

#### b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituído o valor de R\$ 2.799, totalizando a reserva legal em R\$ 27.820, adequando ao limite de 20% do capital (R\$ 25.021 em 31 de dezembro de 2020).

#### c. Outras reservas de lucros

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Sociedade e das projeções realizadas para os negócios no ano corrente, a Sociedade entende necessária a criação da reserva de expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 30 de abril de 2021 foi realizado o pagamento de dividendos adicionais, consumindo o saldo total da reserva do ano de 2020, no montante de R\$ 230.776.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da reserva estatutária era de R\$ 341.933 (R\$ 230.776 em 31 dezembro de 2020).

#### d. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos no montante de R\$ 295.731 (R\$ 179.661 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 64.955 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 230.776 de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Sociedade provisionou dividendos no montante de R\$ 113.978 em 31 de dezembro de 2021, referente à parte do lucro líquido do exercício de 2021 (R\$ 64.955 em 31 de dezembro de 2020).

### 25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	2021	2020
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) deduzido das participações no resultado</b>	<b>681.782</b>	<b>397.710</b>
Alíquota vigente	34%	34%
<b>Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>231.806</b>	<b>135.221</b>
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	305	1.500
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.869	(47.845)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.746)	5.064
Participação nos lucros - funcionários	1.023	1.593
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	(54.050)	(24.173)
Incentivos fiscais	(8.181)	(4.110)
Outros valores (Custo de resgate de pontos/provisão para pontos doados)	61.046	56.965
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>223.072</b>	<b>124.215</b>
Sendo:		
Impostos correntes	233.818	119.151
Impostos diferidos	(10.746)	5.064
	<b>223.072</b>	<b>124.215</b>

### b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31.12.2020	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31.12.2021
Provisão para contingências fiscais	6.556	295	-	6.851
Provisão para contingências cíveis	237	9	-	246
Participação nos lucros - funcionários	5.015	1.023	-	6.038
Provisão para despesas administrativas	17.860	9.454	-	27.314
Provisão para perda esperada	616	1.869	-	2.485
Provisão de receitas/resgate	64.358	-	(1.217)	63.141
	<b>94.642</b>	<b>12.650 (1.217)</b>		<b>106.075</b>
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	-
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>94.642</b>	<b>12.650 (1.217)</b>		<b>106.075</b>
Receita de atualização de depósito judicial	(1.689)	-	923	(766)
IFRS 16	(503)	(1.610)	-	(2.113)
<b>Total dos passivos diferidos</b>	<b>(2.192)</b>	<b>(1.610)</b>	<b>923</b>	<b>(2.879)</b>
<b>Total líquido dos impostos diferidos</b>	<b>92.450</b>	<b>11.040 (294)</b>		<b>103.196</b>

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	70.378	25.800	96.178
Até 2 anos	45	16	61
Até 3 anos	5.075	1.827	6.902
Até 4 anos	33	12	45
Até 5 anos	7	3	10
	<b>75.538</b>	<b>27.658</b>	<b>103.196</b>

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2021, calculado considerando a taxa Selic de 2,75%, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 94.623 (R\$ 89.969 em 2020).

### 26. Receita operacional

	2021	2020
Receita de resgate de pontos (a)	2.788.046	1.890.188
Receita de <i>breakage</i> (b)	324.955	308.645
Receita <i>fee</i> utilização de plataforma	(27)	81
Receitas sobre comissão de vendas	50.201	32.706
<b>Total</b>	<b>3.163.175</b>	<b>2.231.620</b>
Receita bruta	3.163.175	2.231.620
Tributos	(294.789)	(207.102)
<b>Receita operacional</b>	<b>2.868.386</b>	<b>2.024.518</b>

(a) A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos, ocorre quando há resgate de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livelo.

(b) Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*.

### 27. Custo com resgate de pontos

	2021	2020
Operações com resgate de pontos	(2.171.871)	(1.528.511)
Serviços de hospedagem e manutenção do portal	(27.332)	(32.271)
Serviços profissionais de prevenção a fraude	(18.833)	(18.652)
PIS e COFINS não cumulativo	219.313	147.792
	<b>(1.998.723)</b>	<b>(1.431.652)</b>

### 28. Despesas operacionais - Pessoal

	2021	2020
Salários	(50.805)	(39.361)
Gratificação	(19.749)	(15.256)
Encargos sociais	(18.750)	(13.982)
Benefícios	(13.083)	(9.730)
Treinamento	(3.923)	(1.677)
Despesas diversas de pessoal	(3.150)	(2.316)
	<b>(109.460)</b>	<b>(82.312)</b>

### 29. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com infraestrutura (a)	(93.373)	(68.462)
Despesas de marketing (b)	(71.711)	(67.641)
Depreciações e amortizações	(5.237)	(6.180)
Serviços de terceiros	(1.404)	(2.114)
Despesas com atividades compartilhadas (c)	(15.481)	(17.937)
Honorários profissionais	(39.367)	(20.884)
Despesas de aluguel e manutenção	(2.090)	(2.380)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(434)	(1.145)
Despesas com material de escritório e assinaturas	(407)	(442)
Despesas com telefonia	(396)	(291)
Outras despesas	(9.962)	(5.615)
	<b>(239.862)</b>	<b>(193.091)</b>

Diretoria	
<b>Andre Fehlauer</b> - Diretor Presidente	<b>Esther Dalmas</b> - Diretora Executiva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
<b>Leandro Jose Susin</b> - Diretor Executivo	

com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

(a) Refere-se substancialmente à infraestrutura da central de atendimento e manutenção e suporte de informática.

(b) Refere-se substancialmente à campanha de divulgação da marca por meios de comunicação.

(c) Pagamento correspondente a atividades compartilhadas com a Elo Participações Ltda. (CAC).

### 30. Outras receitas/(despesas)

	2021	2020
Venda ativo imobilizado	6	-
Provisão para perdas esperadas (a)	(6.628)	142.310
Custo venda ativo imobilizado e intangível	-	(736)
Outras despesas operacionais (a)	(158)	(141.

→☆ continuação

idade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022.



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP014428/O-6

**André Dala Polato**  
Contador - CRC 1SP214007/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>